

Demonstrações Financeiras

3º Trimestre 2023

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Trimestral Atual 01/09/2023	Exercício anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	42.722.537	34.595.899
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.242.999	889.731
1.01.01	Caixa	53.024	64.740
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.189.975	824.991
1.01.02.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.189.975	824.991
1.02	Ativos Financeiros	39.917.935	32.155.599
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	547.320	287.168
1.02.01.01	Aplicações Depósitos Interfinanceiros	547.320	287.168
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	125.177	205.872
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	125.177	205.872
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	15.746.423	11.402.923
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	15.746.423	11.402.923
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	23.499.015	20.259.636
1.02.04.04	Operações de Crédito	23.286.277	19.742.577
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(817.673)	(603.555)
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.030.411	1.120.614
1.03	Tributos	1.298.725	1.282.672
1.03.03	Outros	1.298.725	1.282.672
1.03.03.01	Crédito Tributário	1.287.247	1.187.580
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	11.478	95.092
1.04	Outros Ativos	53.525	37.396
1.04.03	Outros	53.525	37.396
1.06	Imobilizado	108.387	119.814
1.06.01	Imobilizado de Uso	373.436	371.210
1.06.03	Depreciação Acumulada	(265.049)	(251.396)
1.07	Intangível	100.966	110.687
1.07.01	Intangíveis	381.576	371.503
1.07.03	Amortização Acumulada	(280.610)	(260.816)

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Trimestral Atual 01/09/2023	Exercício anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	42.722.537	34.595.899
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	32.795.788	25.656.343
2.02.01	Depósitos	10.598.588	8.338.455
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	-	70.041
2.02.04	Outras Captações	22.197.200	17.247.847
2.02.04.01	Letra de Crédito do Agronegócio	759.783	319.315
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	27.404	44.758
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	540.046	600.079
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	3.809	377.990
2.02.04.06	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	20.683.504	15.738.193
2.02.04.07	Outros Passivos Financeiros	129.635	153.778
2.02.04.10	Demais Instrumentos Financeiros	53.019	13.734
2.03	Provisões	3.773.132	3.580.280
2.03.01	Provisões para Pagamento a Efetuar	392.001	121.739
2.03.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.684.601	1.566.721
2.03.03	Provisão para Passivos Atuariais	1.118.819	1.162.250
2.03.04	Provisão para Demandas Judiciais	139.495	217.522
2.03.05	Provisão para Plano Saldados	437.867	511.699
2.03.06	Provisões Diversas	349	349
2.04	Passivos Fiscais	342.040	517.896
2.04.01	Fiscais e Previdenciárias	323.943	501.208
2.04.02	Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos	18.097	16.688
2.07	Patrimônio Líquido	5.811.577	4.841.380
2.07.01	Capital Social Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.01.01	Capital Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	17.107	17.600
2.07.04	Reservas de Lucros	2.265.732	1.699.479
2.07.04.01	Reserva Legal	278.034	249.738
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.853.209	1.449.741
2.07.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	134.489	-
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	333.662	-
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(462.095)	(532.870)

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Trimestral Atual 01/09/2023	Acumulado até 01/01 a 30/09/2023	Trimestre Anterior 01/09/2022	Acumulado até 01/01 a 30/09/2022
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.092.009	3.069.468	819.322	2.361.322
3.01.01	Operações de Crédito	526.657	1.536.938	365.521	1.091.634
3.01.02	Resultado Oper. Tít. Val. Mobiliários	561.509	1.530.959	451.315	1.267.980
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	3.843	1.571	2.486	1.708
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	(828.118)	(2.263.319)	(515.256)	(1.513.031)
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	(73.108)	(750.447)	(210.734)	(521.751)
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	(398.546)	(1.119.455)	(247.907)	(805.916)
3.02.03	Provisão Oper. Crédito e Outros Créditos	(156.464)	(393.417)	(56.615)	(185.364)
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	263.891	806.149	304.066	848.291
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	245.448	377.810	338.082	519.207
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	212.882	604.358	251.455	756.890
3.04.03	Despesas com Pessoal	(180.060)	(510.779)	(161.543)	(498.522)
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	(80.252)	(255.238)	(79.657)	(227.238)
3.04.05	Despesas Tributárias	(41.209)	(132.237)	(42.737)	(122.197)
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	508.969	1.527.700	505.645	1.252.948
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	(174.882)	(855.994)	(135.081)	(642.674)
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	509.339	1.183.959	642.148	1.367.498
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(175.841)	(284.536)	(254.320)	(540.509)
3.06.01	Corrente	(174.465)	(439.575)	(224.612)	(568.043)
3.06.02	Diferido	(1.376)	155.039	-29.708	27.534
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	333.498	899.423	387.828	826.989
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	333.498	899.423	387.828	826.989
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	333.498	899.423	387.828	826.989
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	5,949	16,044	6,918	14,752
3.99.01	Lucro Básico por Ação	5,949	16,044	6,918	14,752
3.99.01.01	ON	5,94913	16,04441	6,91829	14,7523

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Trimestral Atual 01/09/2023	Acumulado até 01/01 a 30/09/2023	Trimestre Anterior 01/09/2022	Acumulado até 01/01 a 30/09/2022
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	333.498	899.423	387.828	826.989
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	15.630	71.266	24.063	78.805
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	(25.025)	19.219	30.511	(96)
4.02.01.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	(45.637)	35.201	54.843	(824)
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	20.612	(15.982)	(24.332)	728
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	40.655	52.047	(6.448)	78.901
4.02.02.01	Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	73.620	93.736	(11.765)	142.697
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(33.129)	(42.181)	5.076	(64.397)
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	298	894	444	1.088
4.02.02.04	Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(134)	(402)	(203)	(487)
4.04	Resultado Abrangente do Período	349.128	970.689	411.891	905.794

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Acumulado até 01/01 a 30/09/2023	Acumulado até 01/01 a 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.001.486	1.965.694
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.793.680	1.468.378
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	1.183.959	1.367.498
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	609.721	100.880
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.207.806	497.316
6.01.02.01	Redução em títulos e valores mobiliários para negociação	80.764	223.950
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(1.308)	157
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(260.152)	175.912
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e Interdependências	95.889	(367.957)
6.01.02.05	(Aumento) em operações de crédito	(3.726.936)	(6.556.582)
6.01.02.06	Redução em outros créditos	145.629	61.636
6.01.02.07	Aumento em depósitos	2.260.133	2.269.765
6.01.02.08	(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(77.387)	(68.056)
6.01.02.09	(Aumento)/Redução em captações no mercado aberto	370.427	(30.697)
6.01.02.10	Aumento em outras obrigações	4.512.716	4.963.039
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	(191.969)	(173.851)
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(4.336.726)	(1.233.560)
6.02.01	(Aumento) em TVM Disponíveis para Venda	(9.817.207)	(3.452.869)
6.02.02	Redução em TVM Disponíveis para venda	5.492.925	2.222.234
6.02.03	(Aumento) em TVM Mantidos até o vencimento	(69)	(962)
6.02.04	Redução em TVM Mantidos até o vencimento	-	25.266
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	(4.236)	(1.168)
6.02.07	Alienação em Imobilizado de Uso	1.934	327
6.02.08	Aplicação do Intangível	(10.073)	(26.388)
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(311.492)	(249.445)
6.03.01	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - pagos	-	(46.311)
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio - pagos	(311.492)	(203.134)
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	353.268	482.689
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	889.731	1.731.958
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.242.999	2.214.647



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido /DMPL - 01/01/2023 a 30/09/2023
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.654.918	2.253	1.699.479	(532.870)	-	17.600	4.841.380
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.654.918	2.253	1.699.479	(532.870)	-	17.600	4.841.380
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-	134.489	-	(134.489)	-	-
5.04.06	Dividendos	-	-	134.489	-	(134.489)	-	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	70.774	899.423	-	970.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	899.423	-	899.423
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	70.774	-	-	70.774
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	70.774	-	-	70.774
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	431.764	-	(431.272)	(492)	-
5.06.01	Constituição de Reservas	-	-	431.764	-	(431.764)	-	-
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	894	(894)	-
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(402)	402	-
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	2.265.732	(462.096)	333.662	17.108	5.811.577





**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido /DMPL - 01/01/2022 a 30/09/2022
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.875.067	(574.099)	-	18.480	2.944.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.875.067	(574.099)	-	18.480	2.944.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.031.666	-	(895.609)	-	(104.391)	-	1.031.666
5.04.01	Aumentos de Capital	2.031.666	-	(1.000.000)	-	-	-	1.031.666
5.04.06	Dividendos	-	-	104.391	-	(104.391)	-	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	78.204	826.989	-	905.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	826.989	-	826.989
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	78.204	-	-	78.204
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	78.204	-	-	78.204
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	335.130	-	(334.529)	(601)	-
5.06.01	Constituição de Reservas	-	-	335.130	-	(335.130)	0	-
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	1.088	(1.088)	-
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(487)	487	-
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	1.314.588	(495.895)	388.069	17.879	4.881.812



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado
(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição Conta	Acumulado até 01/01 a 30/09/2023	Acumulado até 01/01 a 30/09/2022
7.01	Receitas	4.808.109	4.185.796
7.01.01	Intermediação Financeira	3.069.468	2.361.322
7.01.02	Prestação de Serviços	604.358	756.890
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	(393.417)	(185.364)
7.01.04	Outras	1.527.700	1.252.948
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	(1.869.902)	(1.327.667)
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.063.564)	(817.344)
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	(30.752)	(28.124)
7.03.02	Serviços de Terceiros	(176.818)	(146.546)
7.03.04	Outros	(855.994)	(642.674)
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.874.643	2.040.785
7.05	Retenções	(33.521)	(39.465)
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(33.521)	(39.465)
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.841.122	2.001.320
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.841.122	2.001.320
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.841.122	2.001.320
7.09.01	Pessoal	422.186	414.310
7.09.01.01	Remuneração Direta	310.383	306.256
7.09.01.02	Benefícios	80.510	73.568
7.09.01.03	F.G.T.S.	31.293	34.486
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	505.366	746.918
7.09.02.01	Federais	492.463	735.475
7.09.02.02	Estaduais	65	17
7.09.02.03	Municipais	12.838	11.426
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	14.147	13.103
7.09.03.01	Aluguéis	14.147	13.103
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	899.423	826.989
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	899.423	826.989

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras Individuais.....	11
Balço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado.....	13
Demonstração do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
Demonstração do Valor Adicionado.....	17
Notas Explicativas.....	18
Nota 1 - Contexto operacional	18
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais	18
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	18
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	23
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários (TVM)	24
Nota 7 - Operações de crédito	26
Nota 8 - Outros instrumentos financeiros e outros ativos	29
Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível	30
Nota 10 - Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	31
Nota 11 - Obrigações por empréstimos	32
Nota 12 - Obrigações por repasses	32
Nota 13 - Outros passivos	33
Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais	35
Nota 15 - Patrimônio Líquido	38
Nota 16 - Tributos	40
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado	42
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)	45
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	46
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	46
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	48
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros	48
Nota 23 - Partes relacionadas	49
Nota 24 - Remuneração paga aos empregados e administradores.....	50
Nota 25 - Benefícios a empregados	51
Nota 26 - Gerenciamento de riscos e capital	57
Nota 27 – Outras Informações.....	61



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Financeira Individual
Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e Exercício de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO		30.09.2023	31.12.2022
Disponibilidades	Nota 4	53.024	64.740
Instrumentos Financeiros		41.925.583	33.584.145
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	1.737.295	1.112.159
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	15.871.600	11.608.795
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 8	854.509	927.618
Operações de Crédito	Nota 7	23.259.384	19.699.806
Carteira de Câmbio	Nota 8	26.893	42.771
Outros Instrumentos Financeiros	Nota 8	175.902	192.996
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 7	(817.673)	(603.555)
Provisão para Operações de Crédito		(816.715)	(588.039)
Provisão para Câmbio		(958)	(15.516)
Outros Ativos	Nota 8	61.548	54.855
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	Nota 16	1.298.725	1.282.672
Crédito Tributário		1.287.247	1.187.580
Impostos e Contribuições a Compensar		11.478	95.092
Imobilizado de Uso	Nota 9	373.436	371.210
Intangível	Nota 9	381.576	371.503
Depreciações e Amortizações	Nota 9	(545.659)	(512.212)
Depreciação Acumulada de Imobilizado de Uso		(265.049)	(251.396)
Amortização Acumulada de Intangível		(280.610)	(260.816)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Nota 5	(8.023)	(17.459)
Provisão para Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(8.023)	(17.459)
TOTAL DO ATIVO		42.722.537	34.595.899

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Financeira Individual

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e Exercício de 2022

(Em milhares de Reais)

P A S S I V O		30.09.2023	31.12.2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		32.795.788	25.656.343
Depósitos	Nota 10	10.598.588	8.338.455
Captações no Mercado Aberto	Nota 10	-	70.041
Letra de Crédito do Agronegócio	Nota 10	759.783	319.315
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 13	29.771	10.514
Obrigações por Empréstimo	Nota 11	27.404	44.758
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	Nota 12	540.046	600.079
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	Nota 13	23.248	3.220
Sociais e Estatutárias	Nota 13	3.809	377.990
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	Nota 13	20.683.504	15.738.193
Outros Passivos Financeiros	Nota 13	129.635	153.778
Provisões	Nota 14	3.773.132	3.580.280
Provisão para Pagamento a Efetuar		392.001	121.739
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		1.684.601	1.566.721
Provisão para Passivos Atuariais		1.118.819	1.162.250
Provisão para Demandas Judiciais		139.495	217.522
Provisão para Planos Saldados		437.867	511.699
Provisões Diversas		349	349
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	Nota 16	342.040	517.896
Fiscais e Previdenciárias		323.943	501.208
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos		18.097	16.688
Patrimônio Líquido	Nota 15	5.811.577	4.841.380
Capital Social		3.654.918	3.654.918
Capital Realizado		3.654.918	3.654.918
Reservas de Capital		2.253	2.253
Reservas de Lucro		2.265.732	1.699.479
Outros Resultados Abrangentes		(444.988)	(515.270)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		333.662	-
TOTAL DO PASSIVO		42.722.537	34.595.899

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração Financeira Individual
Trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

		3º TRIMESTRE 2023	3º TRIMESTRE 2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Receitas da Intermediação Financeira		1.092.009	819.322	3.069.468	2.361.322
Operações de Crédito	Nota 7	526.657	365.521	1.536.938	1.091.634
Resultado de Operações com TVM	Nota 6	561.509	451.315	1.530.959	1.267.980
Resultado de Operações de Câmbio		3.843	2.486	1.571	1.708
Despesas da Intermediação Financeira		(828.118)	(515.256)	(2.263.319)	(1.513.031)
Operações de Captação no Mercado	Nota 10	(273.108)	(210.734)	(750.447)	(521.751)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12	(398.546)	(247.907)	(1.119.455)	(805.916)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(156.464)	(56.615)	(393.417)	(185.364)
Provisão para Operações de Crédito	Nota 7	(156.191)	(49.954)	(396.034)	(170.998)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	Nota 8	(1)	(1.595)	3.523	(1.969)
Provisão para Câmbio	Nota 7	(272)	(5.066)	(906)	(12.397)
Resultado de Intermediação Financeira		263.891	304.066	806.149	848.291
Outras Receitas Operacionais		721.768	755.322	2.124.733	2.007.805
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 17	151.038	207.709	418.278	592.744
Rendas de Tarifas Bancárias	Nota 17	61.844	43.746	186.080	164.146
Del Credere FNO	Nota 20	396.742	354.924	1.155.624	956.317
Recuperação de Rendas FNO	Nota 20	8.265	53.263	155.017	107.039
Recuperação de Encargos e Despesas		4.271	5.447	9.500	7.532
Demais Receitas Operacionais	Nota 17	99.608	90.233	200.234	180.027
Outras Despesas Operacionais		(332.938)	(306.389)	(1.215.197)	(963.603)
De Pessoal	Nota 17	(180.060)	(161.543)	(510.779)	(498.522)
Administrativas	Nota 17	(80.252)	(79.657)	(255.238)	(227.238)
Tributárias	Nota 17	(41.209)	(42.737)	(132.237)	(122.197)
Demais Despesas Operacionais	Nota 17	(31.417)	(22.452)	(316.943)	(115.646)
Despesas de Provisões		(143.387)	(111.785)	(538.967)	(526.178)
Garantia Financeira Prestada	Nota 17	(66.141)	(37.795)	(253.552)	(141.780)
Passivo Atuarial	Nota 17	(42.186)	(41.088)	(125.392)	(165.048)
Demandas Judiciais	Nota 17	(30.194)	(29.941)	(129.236)	(173.049)
Planos Saldados	Nota 17	(4.866)	(2.961)	(30.787)	(46.301)
Resultado Operacional		509.334	641.214	1.176.718	1.366.315
Resultado Não Operacional	Nota 17	5	934	7.241	1.183
Resultado Antes dos Tributos e Participações		509.339	642.148	1.183.959	1.367.498
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(175.841)	(254.320)	(284.536)	(540.509)
Provisão para Imposto de Renda		(95.804)	(121.684)	(241.341)	(310.407)
Provisão para Contribuição Social		(78.661)	(102.928)	(198.234)	(257.636)
Ativo Fiscal Diferido		(1.376)	(29.708)	155.039	27.534
Lucro Líquido	Nota 15	333.498	387.828	899.423	826.989
Lucro por Ação Básico Diluído - Em Reais	Nota 15	5,94913	6,91829	16,04441	14,75230

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração Financeira Individual
Trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	3º TRIMESTRE 2023	3º TRIMESTRE 2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Lucro Líquido do Período	333.498	387.828	899.423	826.989
Outros Resultados Abrangentes do Período	15.630	24.063	71.266	78.805
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	(25.025)	30.511	19.219	(96)
Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	(45.637)	54.843	35.201	(824)
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	20.612	(24.332)	(15.982)	728
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	40.655	(6.448)	52.047	78.901
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	73.620	(11.765)	93.736	142.697
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(33.129)	5.076	(42.181)	(64.397)
Realização da Reserva de Reavaliação	298	444	894	1.088
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(134)	(203)	(402)	(487)
Resultado Abrangente do Período	349.128	411.891	970.689	905.794

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração Financeira Individual

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto		01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Resultado Antes dos Tributos e Participações	Nota 16	1.183.959	1.367.498
Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações		609.721	100.880
Depreciações e amortizações	Nota 17	33.521	39.465
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos	Nota 7	396.985	184.370
Provisão para repasses do FNO		1	2.087
Ganhos de capital		(7.046)	(198)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 16	(184.739)	(27.534)
Resultado com variação cambial		744	1.381
Despesas de provisões para passivos contingentes		160.023	219.350
Despesas de outras provisões (ativas e passivas)		386.473	176.432
Despesas de provisões para riscos do FNO		252.101	135.854
Reversão de provisões para outros créditos	Nota 7	(45)	(975)
Reversão de outras provisões operacionais	Nota 17	(18.596)	(7.979)
Reversão de provisão para operações do FNO		-	(23.838)
Reversão de provisão para repasses do FNO		(3.524)	(118)
Reversão de outras provisões operacionais – aplicações depósitos interfinanceiros		(9.436)	-
Reversão de provisões contingenciais	Nota 17	(141.905)	(56.908)
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(284.536)	(540.509)
Resultado Líquido Ajustado		1.793.680	1.468.378
Variações Patrimoniais		3.207.806	497.316
Redução em títulos e valores mobiliários para negociação		80.764	223.950
(Aumento)Redução em outros valores e bens		(1.308)	157
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(260.152)	175.912
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e Interdependências		95.889	(367.957)
(Aumento) em operações de crédito		(3.726.936)	(6.556.582)
Redução em outros créditos		145.629	61.636
Aumento em depósitos		2.260.133	2.269.765
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(77.387)	(68.056)
(Aumento)/(Redução) em captações no mercado aberto		370.427	(30.697)
Aumento em outras obrigações		4.512.716	4.963.039
Imposto de renda e contribuição social pagos		(191.969)	(173.851)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.001.486	1.965.694
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(9.817.207)	(3.452.869)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		5.492.925	2.222.234
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(69)	(962)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		-	25.266
Adição em imobilizado de uso	Nota 9	(4.236)	(1.168)
Alienação do imobilizado de uso	Nota 9	1.934	327
Aquisição do intangível	Nota 9	(10.073)	(26.388)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.336.726)	(1.233.560)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - pagos		-	(46.311)
Dividendos e Juros sobre capital próprio - pagos		(311.492)	(203.134)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(311.492)	(249.445)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		353.268	482.689
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do período		889.731	1.731.958
No fim do período	Nota 4	1.242.999	2.214.647
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		353.268	482.689

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - NPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração Financeira Individual

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

EVENTOS		CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2022	Nota 15	3.654.918	-	2.253	17.600	249.738	1.449.741	-	(532.870)	-	4.841.380
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	-	19.219	-	19.219
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	-	19.219	-	19.219
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	-	51.555	-	51.555
AUMENTO DE CAPITAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS	Nota 15	-	-	-	(492)	-	-	-	-	-	492
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(894)	-	-	-	-	-	894
Realização da Reserva		-	-	-	(571)	-	-	-	-	-	571
Baixa da Reserva		-	-	-	(323)	-	-	-	-	-	323
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	-	402	-	-	-	-	-	(402)
Realização da Reserva		-	-	-	551	-	-	-	-	-	(551)
Baixa da Reserva		-	-	-	(149)	-	-	-	-	-	149
LUCRO LÍQUIDO	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	-	899.423	899.423
DESTINAÇÕES	Nota 15	-	-	-	-	28.296	403.468	134.489	-	(566.253)	-
Reservas		-	-	-	-	28.296	403.468	-	-	-	(431.764)
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	134.489	-	-	(134.489)
SALDOS EM 30.09.2023	Nota 15	3.654.918	-	2.253	17.108	278.034	1.853.209	134.489	(462.096)	333.662	5.811.577
SALDOS EM 31.12.2021	Nota 15	1.623.252	-	2.253	18.480	193.622	1.681.445	-	(574.099)	-	2.944.953
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	-	78.300	-	78.300
AUMENTO DE CAPITAL		2.031.666	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	1.031.666
Incorporação de Reservas		1.000.000	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-
Integralização do Aumento de Capital		-	1.031.666	-	-	-	-	-	-	-	1.031.666
Homologação do Aumento de Capital		1.031.666	(1.031.666)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS	Nota 15	-	-	-	(601)	-	-	-	-	-	601
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(1.088)	-	-	-	-	-	1.088
Realização da Reserva		-	-	-	(1.088)	-	-	-	-	-	1.088
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	-	487	-	-	-	-	-	(487)
Realização da Reserva		-	-	-	487	-	-	-	-	-	(487)
LUCRO LÍQUIDO	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	-	826.989	826.989
DESTINAÇÕES	Nota 15	-	-	-	-	21.958	313.172	104.391	-	(439.521)	-
Reservas		-	-	-	-	21.958	313.172	-	-	-	(335.130)
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	104.391	-	-	(104.391)
SALDOS EM 30.09.2022	Nota 15	3.654.918	-	2.253	17.879	215.580	994.617	104.391	(495.895)	388.069	4.881.812

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - NPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Demonstração Financeira Individual
Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

		01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
1. RECEITAS		4.808.109	4.185.796
1.1. Intermediação Financeira		3.069.468	2.361.322
1.2. Prestações de Serviços	Nota 17	604.358	756.890
1.3. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(393.417)	(185.364)
1.4. Outras		1.527.700	1.252.948
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.869.902)	(1.327.667)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.063.564)	(817.344)
3.1. Materiais, energia e outros		(30.752)	(28.124)
3.2. Serviços de terceiros		(176.818)	(146.546)
3.3. Outras		(855.994)	(642.674)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		1.874.643	2.040.785
5. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	Nota 17	(33.521)	(39.465)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)		1.841.122	2.001.320
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		1.841.122	2.001.320
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.841.122	2.001.320
8.1 Pessoal		422.186	414.310
8.1.1 Remuneração direta		310.383	306.256
8.1.2 Benefícios		80.510	73.568
8.1.3 FGTS		31.293	34.486
8.2 Impostos, taxas e contribuições		505.366	746.918
8.2.1 Federais		492.463	735.475
8.2.2 Estaduais		65	17
8.2.3 Municipais		12.838	11.426
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		14.147	13.103
8.3.1 Aluguéis	Nota 17	14.147	13.103
8.4 Remuneração de capitais próprios	Nota 15	899.423	826.989
8.4.1 Resultado Líquido do período		899.423	826.989

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõe a amazônia legal brasileira e na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às MPEI's.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta as provisões para as garantias financeiras prestadas).

2. Apresentação das informações trimestrais individuais

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para elaboração de informações trimestrais, contemplam as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações, fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do, Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 4.910/2021 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Deliberação CVM nº 117/2022 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
- Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As informações trimestrais (ITR) foram aprovadas pela Administração em 10 de novembro de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (Nota Explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B3 – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota Explicativa nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco a

título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (Nota Explicativa nº 14).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Nota Explicativa nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “benefício definido” e “contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de “benefício definido” segundo o Pronunciamento CPC nº 33 (R1).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das informações trimestrais. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, correspondem à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das informações trimestrais. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo irrecuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das informações trimestrais sobre o valor do superávit irrecuperável, também determinado na data das informações trimestrais.

Efeito do teto de ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio

de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto do ativo é superávit irre recuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevida da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de benefício definido**

Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definidos é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano misto de benefício**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008.

As reavaliações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e as perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

- **Aposentados de responsabilidade do Banco**

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios assistidos.

- **Prev Amazônia**

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na Nota Explicativa nº 25.

I) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ¹	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ²	25%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2022	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de ago/2022 a dez/2022 ³	21%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/Pasep	0,65%

COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 32 e inciso I do art. 36.

⁽²⁾Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽³⁾Período vigente de acordo com a Lei nº 14.446/2022 que trata da alíquota de 21% da CSLL

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$ 1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (Nota Explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.b.1).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve evento subsequente para as informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2023.

q) Uso de estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de riscos e capital: abrange análise de sensibilidade sobre avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento (Nota Explicativa nº 6 – Títulos e valores mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 – Operações de crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 31 de março de 2023 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais (Nota Explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa 27.c.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2023	31.12.2022
Disponibilidades	53.024	64.740
Disponibilidade em Moeda Nacional	46.614	52.910
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	6.410	11.830
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez^(*)	1.189.975	824.991
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.189.975	824.991
Total	1.242.999	889.731

^(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.09.2023	31.12.2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.737.295	1.112.159
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.189.975	824.991
Letras Financeiras do Tesouro	329.976	199.990
Letras do Tesouro Nacional	410.001	140.000
Notas do Tesouro Nacional	449.998	485.001
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	547.320	287.168
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	547.320	287.168
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(8.023)	(17.459)
Total	1.729.272	1.094.700

Circulante 1.729.272 1.094.700

Não Circulante - -

^(*) A variação decorreu de recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

A provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$ 8.023 (R\$ 17.459 em 31/12/2022),

corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cresceram em função do aumento do volume das Operações Compromissadas e dos Depósitos Financeiros vinculados ao Crédito Rural.

6. Títulos e valores mobiliários (TVM)

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.09.2023	31.12.2022
Carteira Própria – Livres	15.228.552	10.913.720
Títulos Públicos	13.081.961	8.389.137
Letras Financeiras do Tesouro	12.476.167	7.983.114
Letras do Tesouro Nacional	92.407	-
Notas do Tesouro Nacional	513.387	406.023
Títulos Privados	2.146.591	2.524.583
Debêntures	519.256	734.695
Cotas de Fundos de Investimento - FIDC	40.476	39.495
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	50.209	46.452
Cotas de Fundos de Investimento - FI REF	874	794
Letras Financeiras	1.534.977	1.684.242
Título de Renda Variável - Ações	-	18.646
Cotas de Renda Variável - FINAM	799	259
Vinculados a Operações Compromissadas	-	70.080
Títulos Públicos	-	70.080
Letras Financeiras do Tesouro	-	70.080
Vinculados a Prestação de Garantias	643.048	624.995
Títulos Públicos	643.048	624.995
Letras Financeiras do Tesouro	52.863	48.018
Notas do Tesouro Nacional	590.185	576.977
Total	15.871.600	11.608.795
Circulante	2.801.472	3.450.080
Não Circulante	13.070.128	8.158.715

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 86,5% do total da carteira (78,3% em 31/12/2022).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 52.863 (R\$ 48.018 em 31/12/2022) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Nuclea, e R\$ 590.185 (R\$ 576.977 em 31/12/2022) em garantias com operações BB Previdência.

A elevação da carteira de TVM, principalmente em LFTs, foi motivada pelo aumento da Taxa Selic que manteve-se em alta no período e decorrente do maior ingresso de recursos por meio do FNO e dos depósitos especiais.

a.1) Por vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	-	-	-	55.114	68.833	-	123.947
Títulos Públicos	-	-	-	-	55.114	68.833	-	123.947
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	55.114	68.833	-	123.947
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	51.882	116.110	2.506.346	4.213.017	4.007.807	4.557.125	294.136	15.746.423
Títulos Públicos	-	-	1.612.857	3.285.585	3.895.513	4.511.741	294.136	13.599.832
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.565.494	3.240.541	3.853.078	3.745.970	-	12.405.083
Letras do Tesouro Nacional	-	-	47.363	45.044	-	-	-	92.407
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	42.435	765.771	294.136	1.102.342
Títulos Privados	51.882	116.110	893.489	927.432	112.294	45.384	-	2.146.591
Debêntures	-	-	210.068	210.638	98.550	-	-	519.256
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	320	26.412	13.744	-	-	40.476
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	50.209	-	-	-	-	-	-	50.209
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	874	-	-	-	-	-	-	874
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	116.110	683.101	690.382	-	45.384	-	1.534.977
Cotas de Renda Variável - FINAM	799	-	-	-	-	-	-	799
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	589	15	-	626	-	1.230
Títulos Públicos	-	-	589	15	-	626	-	1.230
Notas do Tesouro Nacional	-	-	589	15	-	626	-	1.230
Total 30.09.2023	51.882	116.110	2.506.935	4.213.032	4.062.921	4.626.584	294.136	15.871.600
Total 31.12.2022	66.151	2.324.897	996.588	4.385.583	2.001.928	1.557.673	275.975	11.608.795

⁽¹⁾ Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Ajustes de marcação

	30.09.2023				31.12.2022			
	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo
Para Negociação	123.822	123.947	125		204.744	204.712	(32)	
Letras Financeiras do Tesouro	123.822	123.947	125	Nível 1	204.744	204.712	(32)	Nível 1
Disponíveis para Venda	15.918.768	15.710.797	(207.971)		11.609.232	11.366.061	(243.171)	
Letras Financeiras do Tesouro	12.395.581	12.405.083	9.502	Nível 1	7.896.028	7.896.500	472	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	92.465	92.407	(58)		-	-	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.272.637	1.066.639	(205.998)	Nível 1	1.188.365	944.901	(243.464)	Nível 1
Debêntures	536.352	519.256	(17.096)	Nível 1	736.744	734.695	(2.049)	Nível 1
Cotas Fundos Invest. - FIDC	40.553	40.553	-	Nível 2	39.572	39.572	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	50.209	50.209	-	Nível 2	46.452	46.452	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - FI REF	874	874	-	Nível 2	794	794	-	Nível 2
Outros Títulos Privados - LF	1.527.773	1.534.977	7.204	Nível 2	1.690.716	1.684.242	(6.474)	Nível 2
Título de Renda Variável - Ações	-	-	-	Nível 1	9.104	18.646	9.542	Nível 1
Cotas de Renda Variável - FINAM	2.324	799	(1.525)	Nível 1	1.457	259	(1.198)	Nível 1
Mantidos até o Vencimento	1.230	1.230	-		1.160	1.160	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.230	1.230	-	Nível 1	1.160	1.160	-	Nível 1

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.09.2023	31.12.2022
Desvalorização	(1.020.728)	(940.034)
Valorização	812.757	696.863
Total	(207.971)	(243.171)

a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	44.598	65.705	134.850	232.160
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	-	-	9.436	-
Títulos de Renda Fixa	514.925	383.886	1.383.028	1.031.501
Aplicação Fundos de Investimentos	1.947	1.676	3.482	4.219
TVM - Ajuste ao Valor de Mercado	33	48	157	100
TVM - Outras Rendas	6	-	6	-
Total	561.509	451.315	1.530.959	1.267.980

⁽¹⁾ A variação está relacionada à redução do saldo das operações compromissadas pela transferência dos recursos com aquisição de títulos públicos.

⁽²⁾ Referente recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.09.2023			31.12.2022		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	2.696.945	364.236	3.061.181	2.692.745	193.993	2.886.738
Direitos Cred. Descontados	8.396	510	8.906	3.857	2.022	5.879
Financiamentos	6.248.101	151.200	6.399.301	5.146.765	75.853	5.222.618
Financiamentos Rurais	13.613.120	176.876	13.789.996	11.496.586	87.985	11.584.571
Subtotal	22.566.562	692.822	23.259.384	19.339.953	359.853	19.699.806
Adiant. s/ Contrato Câmbio	26.525	391	26.916	42.050	15.464	57.514
Total da Carteira	22.593.087	693.213	23.286.300	19.382.003	375.317	19.757.320
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(403.651)	(413.064)	(816.715)	(442.038)	(146.001)	(588.039)
(Câmbio)	(684)	(274)	(958)	(52)	(15.464)	(15.516)
Total das Provisões	(404.335)	(413.338)	(817.673)	(442.090)	(161.465)	(603.555)
Total Líquido	22.188.752	279.875	22.468.627	18.939.913	213.852	19.153.765
Circulante			10.281.013			7.710.369
Não Circulante			12.187.614			11.443.396

A elevação da carteira de operações de crédito foi motivada, principalmente, pela expansão da carteira FNO com risco integral do Banco e conseqüentemente a provisão para operações de crédito.

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

Setor Privado	30.09.2023	31.12.2022
Rural	13.793.581	11.588.766
Indústria	1.864.358	1.753.314
Comércio	2.939.710	2.703.580
Pessoas Físicas	1.113.517	937.793
Serviços	3.575.134	2.773.867
Total da Carteira	23.286.300	19.757.320

b) Concentração dos principais devedores:

	30.09.2023	% Carteira	31.12.2022	% Carteira
Maior devedor	536.721	2,3	423.018	2,1
10 maiores devedores	2.881.392	12,4	2.558.655	13,0
50 maiores devedores	3.787.348	16,3	3.447.517	17,5
100 maiores devedores	2.823.782	12,1	1.213.986	6,1
Demais devedores	13.257.057	56,9	12.114.144	61,3
Total	23.286.300	100,0	19.757.320	100,0

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	83.676	43.181	54.598	138.003	581.608	4.390.628	5.291.694
A	221.161	254.989	285.279	586.877	3.535.991	5.494.389	10.378.686
B	57.166	49.883	98.685	201.712	1.081.321	1.770.848	3.259.615
C	75.219	47.735	95.046	141.208	614.645	1.844.093	2.817.946
D	62.425	3.322	45.777	12.454	27.870	322.684	474.532
E	5.362	9.435	5.248	17.929	39.480	142.729	220.183
F	253	1.314	882	2.392	9.758	23.671	38.270
G	464	145	8.187	2.842	5.918	14.101	31.657
H	2.902	841	2.385	13.047	9.313	52.016	80.504
Total 30.09.2023	508.628	410.845	596.087	1.116.464	5.905.904	14.055.159	22.593.087
Total 31.12.2022	213.551	372.032	448.002	3.238.064	3.436.468	11.673.886	19.382.003

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	29.280	-	-	-	-	-	41.194	70.474
C	13.217	40.038	-	-	-	-	20.614	73.869
D	11.746	4.473	26.369	-	-	-	16.300	58.888
E	5.134	9.196	5.745	29.218	-	-	28.969	78.262
F	2.363	5.158	5.141	10.370	5.768	-	11.469	40.269
G	2.805	2.629	3.306	11.457	5.401	-	9.521	35.119
H	11.381	11.581	15.966	64.482	66.052	37	166.833	336.332
Total 30.09.2023	75.926	73.075	56.527	115.527	77.221	37	294.900	693.213
Total 31.12.2022	70.071	47.047	27.680	53.898	50.856	40	125.725	375.317

e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	5.291.694	-	3.844.349	-
A	0,5	10.378.686	(51.893)	9.969.311	(49.846)
B	1	3.330.089	(33.301)	2.936.704	(29.367)
C	3	2.891.815	(86.754)	1.895.420	(56.863)
D	10	533.420	(53.342)	455.259	(45.526)
E	30	298.445	(89.534)	294.451	(88.335)
F	50	78.539	(39.270)	40.478	(20.239)
G	70	66.776	(46.743)	26.563	(18.594)
H	100	416.836	(416.836)	294.785	(294.785)
Total		23.286.300	(817.673)	19.757.320	(603.555)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.09.2023	30.09.2022
Saldo no início do período	(603.555)	(371.331)
Provisões constituídas	(396.940)	(183.395)
Provisão para operações de crédito	(396.034)	(170.998)
Provisão para câmbio	(906)	(12.397)
Provisão para câmbio	(951)	(13.372)
Reversão de provisão para câmbio	45	975
Valores baixados como prejuízo	182.822	115.250
Saldo no final do período	(817.673)	(439.476)

g) Receitas de operações de crédito

	3º trim/2023	3ºtrim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Empréstimos	131.184	106.220	381.182	277.954
Direitos Creditórios Descontados	606	555	1.644	2.438
Financiamentos	110.501	76.082	404.353	297.361
Financiamentos Rurais	248.957	163.916	666.135	385.832
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	30.323	16.303	68.535	124.993
Rendas de Repasses Interfinanceiros	5.086	2.439	15.089	3.014
Total	526.657	365.521	1.536.938	1.091.634

h) Operações renegociadas e recuperadas

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Renegociadas (*)	89.749	17.584	152.934	61.195
Carteira Comercial	4.414	5.052	15.666	4.745
Carteira de Fomento	85.335	12.532	137.268	56.450
Recuperadas	30.323	16.303	68.535	124.993
Carteira Comercial	3.413	7.767	19.452	70.830
Carteira de Fomento	26.908	8.536	49.059	40.714
Câmbio	-	-	-	13.449
Outros - FNO	2	-	24	-

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações ocorridas de 01.01 a 30.09.2023 tiveram aumento em 249,9% devido às renegociações de caráter administrativo ao passo que as ações amparadas em dispositivos legais alcançaram um público elegível menor em relação ao estoque da carteira.

No que se refere aos créditos recuperados, houve decréscimo em 54,8%, comparados ao mesmo período do ano anterior. O volume financeiro mais significativo de recuperação ficou concentrado em ações administrativas e judiciais.

8. Outros instrumentos financeiros e outros ativos

	30.09.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	854.509	927.618
Relações Interfinanceiras	854.509	927.618
Direitos junto Participantes Sistema de Liquidação	4.730	242
Créditos Vinculados	526.044	609.924
Repasses Interfinanceiros (*)	323.735	317.452
Devedores por Repasses de Outros Recursos (nota nº 20)	323.768	321.007
(-) Provisão para Perdas em Repasses Interfinanceiros (nota nº 20)	(32)	(3.555)
Carteira de Câmbio	26.893	42.771
Outros Instrumentos Financeiros	175.902	192.996
Rendas a Receber	70.857	89.595
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.b.1)	48.973	47.790
Pagamentos a Ressarcir	55.112	39.187
Títulos e Créditos a Receber	960	16.424
Com Característica de Concessão de Crédito	-	15.464
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	960
Outros Ativos	61.548	54.855
Devedores para Apuração de Responsabilidades	42.080	31.000
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(42.080)	(31.000)
Demais Ativos	61.548	54.855
Total	1.118.852	1.218.240
Circulante	821.315	907.662
Não Circulante	297.537	310.578

(*) Estão registrados os repasses com recurso do FNO, risco integral, para outras instituições financeiras.

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 42.080 (R\$ 31.000 em 31/12/2022), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

a) Movimentação da provisão para perdas em repasses interfinanceiros

A provisão para perdas em repasses interfinanceiros apresentou a seguinte movimentação:

	30.09.2023	30.09.2022
Saldo no início do exercício	(3.555)	(93)
Provisões constituídas	3.523	(1.969)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	-	(2.087)
Reversão de Provisão para Repasses interfinanceiros	3.523	118
Saldo no final do período	(32)	(2.062)

9. Imobilizado de uso e intangível

a) Imobilizado de uso

	30.09.2023	31.12.2022
Imóveis de Uso	109.419	109.107
Terrenos	15.399	15.399
Edificações	94.021	93.708
Outras Imobilizações de Uso	264.017	262.103
Móveis e Equipamentos em Estoque	746	648
Imobilizações em Curso	13.730	24.643
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	76.031	71.600
Instalações	11.299	10.231
Móveis e equipamentos de uso	64.732	61.369
Outras	173.510	165.212
Sistema de Comunicação	3.083	3.040
Sistema de Processamento de Dados	156.888	149.255
Sistema de Segurança	13.464	12.937
Outros imobilizados de uso	75	10
Subtotal	373.436	371.210
(-) Depreciações Acumuladas	(265.049)	(251.396)
Total	108.387	119.814

b) Intangível

	30.09.2023	31.12.2022
Softwares Desenvolvidos ^(*)	381.576	371.503
(-) Amortização Acumulada	(280.610)	(260.816)
Total	100.966	110.687

(*) A variação positiva é referente a novas aquisições.

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2022	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2023
Imobilizado de Uso	119.814	4.236	(1.934)	(13.728)	108.388
Intangível	110.687	10.073	-	(19.793)	100.967
Total	230.501	14.309	(1.934)	(33.521)	209.355

	Saldos em 31.12.2021	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2022
Imobilizado de uso	129.085	1.168	(327)	(17.937)	111.989
Intangível	111.810	26.388	-	(21.528)	116.670
Total	240.895	27.556	(327)	(39.465)	228.659

A Resolução CMN nº 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2023 ^(*)	31.12.2022
Limite para Imobilização	2.678.714	2.292.346
(-) Situação	(113.782)	(119.855)
Margem	2.564.932	2.172.491
Índice de Imobilização	2,1%	2,6%

(*) Os valores da data base de 30.09.2023 estão em elaboração conforme prorrogação de datas-limites da IN BCB nº 407/2023.

10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.09.2023	Total em 31.12.2022
À Vista⁽¹⁾	2.121.303	-	-	2.121.303	1.785.604
Poupança	734.315	-	-	734.315	749.268
Interfinanceiros	-	260.419	-	260.419	43.885
A Prazo	5.676.834	810.499	995.218	7.482.551	5.759.698
A prazo	415.548	810.499	995.218	2.221.265	1.903.078
Judiciais com Remuneração	72.801	-	-	72.801	68.304
Especiais com Remuneração	5.188.485	-	-	5.188.485	3.788.316
Sudam ⁽²⁾	4.345.594	-	-	4.345.594	3.056.401
Finam ⁽³⁾	810.184	-	-	810.184	704.354
Outros	32.707	-	-	32.707	27.561
Total	8.532.452	1.070.918	995.218	10.598.588	8.338.455
Circulante				9.603.370	7.430.957
Não Circulante				995.218	907.498

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro;

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽³⁾ Refere-se ao Fundo de investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia S.A, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

b) Captações no mercado aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, não houve registro em 30/09/2023 (R\$ 70.041 em 31/12/2022), e foram negociadas, ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 13,6% (12,4% em 31/12/2022) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 759.783 no período e estão alocadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 319.315 em 31/12/2022, no curto prazo, ou seja, em até 12 meses).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

c) Despesas de captações no mercado

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Despesas de Captações c/ Depósitos	(271.247)	(204.797)	(743.840)	(505.213)
A Prazo	(63.969)	(60.276)	(175.535)	(149.791)
Poupança	(14.078)	(15.520)	(42.363)	(42.172)
Especiais	(159.774)	(117.274)	(450.446)	(284.338)
Interfinanceiros	(9.405)	(614)	(15.625)	(759)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(20.787)	(8.102)	(50.893)	(19.890)
Judiciais	(1.553)	(1.374)	(4.307)	(3.710)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.681)	(1.637)	(4.671)	(4.553)
Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)	(1.861)	(5.937)	(6.607)	(16.538)
Carteira Própria	(1.861)	(5.937)	(6.607)	(16.538)
Total	(273.108)	(210.734)	(750.447)	(521.751)

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela taxa de juros, principalmente em: especiais e depósitos a prazo.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 27.404, com vencimento no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 44.758 em 31/12/2022), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 7,08% a.a. (4,6% a.a. em 31/12/2022) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

a.1) Classificação por encargos financeiros e prazo de liquidação

	30.09.2023			31.12.2022		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	4,0	14.980	5,0	5,2	17.639
BNDES Industrial	3,2	16,9	271.365	3,0	17,8	279.734
BNDES Rural	3,8	4,4	176.608	3,9	5,1	211.185
BNDES Comércio	4,8	7,2	29.470	5,0	7,3	31.238
BNDES Serviços	6,6	2,6	279	6,6	2,5	420
Finep (*)	-	-	-	1,5	1,0	85
Finame Industrial	3,2	1,4	2.767	2,8	2,1	4.648
Finame Rural	5,9	2,8	16.530	5,3	3,4	24.951
Finame Comércio	5,2	4,0	1.334	5,3	4,2	1.933
Finame Serviços	3,2	3,0	1.719	1,9	1,9	2.752
STN OGU	1,3	1,6	24.995	1,3	2,4	25.494
Total			540.046			600.079
Circulante			72.209			81.906
Não circulante			467.837			518.173

(*) Os contratos relacionados ao Finep foram liquidados em Agosto/2023.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

a.2) Classificação por faixa de vencimento:

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	366	635	953	1.906	7.624	3.496	-	14.980
BNDES Industrial	148	5.279	94	13.439	35.180	34.184	183.040	271.364
BNDES Rural	-	1.324	-	6.950	87.801	63.956	16.577	176.608
BNDES Comércio	506	1.207	417	4.035	10.173	6.204	6.928	29.470
BNDES Serviços	16	30	15	121	91	6	-	279
Finame Industrial	267	704	420	861	459	56	-	2.767
Finame Rural	134	4.896	7	1.171	-	-	10.322	16.530
Finame Comércio	74	140	177	260	302	303	78	1.334
Finame Serviços	45	125	32	535	774	92	116	1.719
STN OGU(*)	24.917	-	-	2	76	-	-	24.995
Total 30.09.2023	26.473	14.340	2.115	29.280	142.480	108.297	217.061	540.046
Total 31.12.2022	27.328	14.001	3.750	36.831	163.145	129.207	225.817	600.079

(*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 24.995 (R\$ 25.494 em 31/12/2022).

Neste 3º trimestre de 2023 e no 3º trimestre de 2022, não ocorreram recolhimentos ao Tesouro Nacional. Quanto a taxa de administração, relacionada aos recursos do OGU, não houve registros neste 3º trimestre, assim como no 3º trimestre de 2022.

b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses	(9.138)	(33.804)	(33.074)	(125.116)
Tesouro Nacional	(4)	(23.920)	(15)	(79.936)
BNDES	(6.186)	(6.637)	(28.085)	(34.520)
Finame	(343)	(439)	(1.202)	(1.603)
Finep	-	(2)	(1)	(5)
Com banqueiros no exterior	(2.605)	(2.806)	(3.771)	(9.052)
Despesas de obrigações p/fundos fin. desenvolvimento (1)	(389.408)	(214.103)	(1.086.381)	(680.800)
Total	(398.546)	(247.907)	(1.119.455)	(805.916)

(1) Os principais valores estão relacionados à atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100% e remuneração dos recursos disponíveis, impactadas pelo incremento nas liberações de repasses próprio e aumento da taxa Selic, respectivamente. O período de 01.01 a 30.09.2023 contemplou o valor de R\$ 603 referente ao complemento da remuneração do disponível do FNO.

13. Outras passivos

a) Sociais e estatutárias

	30.09.2023	31.12.2022
Remuneração do capital a pagar (*)	897	299.333
Provisão para participação nos lucros	2.912	78.657
Total	3.809	377.990
Circulante	3.809	377.990
Não circulante	-	-

(*) A variação verificada entre os períodos decorre do pagamento de JCP e Dividendos ocorrido em Maio/2023 e o valor que permanece é referente a JCP de exercícios anteriores, conforme prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a.

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.09.2023	31.12.2022
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	20.554.063	15.587.883
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	65.772	78.296
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	63.591	71.936
Outros	78	78
Total	20.683.504	15.738.193
Circulante	20.632.915	15.675.782
Não circulante	50.589	62.411

(¹) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Outros passivos financeiros

	30.09.2023	31.12.2022
Cheques administrativos	8	1.504
Contrato de assunção de obrigações	2	2
Obrigações por aquisição de bens e direitos	46.052	61.235
Obrigações por convênios oficiais	1.440	27
Obrigações por prestação de serviços	132	122
Parcelas de operações de crédito – securitização	441	547
Levantamento de depósitos recursais (nota nº 14.b.1)	18.176	17.304
Credores diversos – imobilizações	1.818	38
Recebimento de recursos para aval	9.349	28.847
Demais	52.217	44.152
Total	129.635	153.778
Circulante	129.635	153.778
Não circulante	-	-

d) Demais instrumentos financeiros

	30.09.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	29.770	10.514
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados ^(*)	23.248	3.220
Total	53.018	13.734
Circulante	53.018	13.734
Não circulante	-	-

(*) Na variação verificada entre os períodos, destaque para arrecadação pelo recebimento de tributos federais através de DARF.

14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.09.2023	31.12.2022
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	392.001	121.739
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.684.601	1.566.721
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.659.528	1.542.073
FDA (nota nº 19)	24.497	24.341
Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995 ⁽²⁾	571	302
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para passivos atuariais ⁽³⁾	1.118.819	1.162.250
Fundo de pensão de benefício definido	796.660	842.579
BD liquidado (nota nº 25)	705.607	749.839
Misto liquidado (nota nº 25)	37.242	32.449
Assistidos (nota nº 25)	53.811	60.291
Outros - auxílio saúde (nota nº 25)	322.159	319.671
Provisão para demandas judiciais ⁽⁴⁾	139.495	217.522
Ações trabalhistas (Indenizações) ⁽⁵⁾	90.604	155.238
Ações cíveis	42.336	51.876
Ações fiscais	2.037	1.466
Ações trabalhistas (Capaf)	4.518	8.942
Provisão para planos saldados (notas nº 25.b) ⁽⁴⁾	437.867	511.699
Plano BD	387.945	443.490
Plano misto	49.922	68.209
Provisões diversas ⁽⁴⁾	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Total	3.773.132	3.580.280
Circulante	1.091.251	949.297
Não circulante	2.681.881	2.630.983

⁽¹⁾ A variação é composta principalmente pelo valor provisionado da taxa de administração que será devolvido ao Fundo.

⁽²⁾ Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Coobrigações em cessões de crédito”, do grupamento de compensação. Em 30 de setembro de 2023, o montante corresponde a R\$ 16.203 (R\$ 9.212 em 31/12/2022).

⁽³⁾ Através da IN BCB nº 275, de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de “Passivos atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

⁽⁴⁾ A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e provisões diversas está especificada na nota explicativa nº 14.c.

⁽⁵⁾ A variação é referente à reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo.

a) Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas, está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2022	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.09.2023
Risco FNO Rural (nota nº 20)	615.694	94.494	(57.405)	-	652.783
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	926.379	157.607	(77.241)	-	1.006.745
SEC I (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	302	269	-	-	571
FDA (nota nº 19)	24.341	1.182	(796)	(230)	24.497
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia	5	-	-	-	5
Total	1.566.721	253.552	(135.442)	(230)	1.684.601

	Saldos em 31.12.2021	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.09.2022
Risco FNO Rural (nota nº 20)	601.373	51.002	(71.549)	-	580.826
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	869.181	84.852	(71.237)	(23.838)	858.958
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	448	80	-	(3)	525
FDA (nota nº 19)	31.747	5.846	(5.612)	(7.975)	24.007
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia –	5	-	-	-	5
Total	1.502.754	141.780	(148.397)	(31.816)	1.464.321

b) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

b.1) Levantamento de depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2023, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$ 17.843 (R\$ 17.304 em 31/12/2022) e estão registrados na rubrica “Outros passivos financeiros” (Nota Explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica “Outros instrumentos financeiros” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$ 22.046 (R\$ 19.700 em 31/12/2022), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.09.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	69.993	66.372
(-) Provisão p/devedores depósitos recursais	(22.139)	(19.700)
Demandas fiscais	348	348
Demandas cíveis	770	770
Total (nota nº 8)	48.972	47.790

b.2) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros. Neste 3º trimestre de 2023, destaca-se a reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo trabalhista.

b.3) Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

b.4) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$ 7.491 (R\$ 6.759 em 31/12/2022).

b.5) Outras contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas

A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Desv. Bens	Total
Saldo no início do período	155.238	51.876	1.466	8.942	511.699	349	729.570
Adições	75.606	51.906	1.586	138	-	-	129.236
Atualização monetária	-	-	-	-	30.787	-	30.787
Baixa por pagamento	(38.567)	(25.955)	(24)	(812)	(104.619)	-	(169.977)
Reversão da provisão	(101.673)	(35.491)	(991)	(3.750)	-	-	(141.905)
Saldo final do período (nota n°)	90.604	42.336	2.037	4.518	437.867	349	577.711

d) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Desv. bens
Até 5 anos	61.044	16.898	1.799	1.488	316.738	349
De 5 anos a 10 anos	20.506	13.738	59	1.032	121.129	-
Acima de 10 anos	9.054	11.700	179	1.998	-	-
Total	90.604	42.336	2.037	4.518	437.867	349

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

e) Demandas judiciais – perda possível

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas judiciais – Possíveis	30.09.2023	31.12.2022
Causas fiscais	36.150	53.531
Causas trabalhistas	27.765	40.811
Causas cíveis	281.466	278.736
Causas Capaf	141	96
Total	345.522	373.174

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

	30.09.2023	31.12.2022
Causas Cíveis – Possíveis		
Anulação de contrato	3.782	3.782
Cotas Finam	4.717	4.717
Criminal	702	702
Danos morais e materiais	111.313	103.508
Debêntures do Finam	5.616	6.586
Exclusão de restritivos	6.808	10.611
Fundos Banco Santos	89	315
Honorários advocatícios	6.002	4.454
Inexistência de débitos	34.249	34.249
Planos Econômicos	27	-
Revisional	108.161	109.790
Tributário	-	22
Total	281.466	278.736

15. Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30.09.2023	31.12.2022
Patrimônio líquido do Banco da Amazônia	5.811.577	4.841.380
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	103,67	86,36
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	88,84	49,25

⁽¹⁾ Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 30 de setembro de 2023, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31/12/2022) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (56.058.315 ações ordinárias nominativas em 31/12/2022).

	30.09.2023	31.12.2022
Quantidade de ações		
Domiciliados no país	56.041.852	56.052.044
Domiciliados no exterior	16.463	6.271
Total	56.058.315	56.058.315

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.09.2023		31.12.2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.976	97,0	54.379.991	97,0
Administração direta – Ministério da Fazenda	41.098.862	73,3	41.098.877	73,3
Administração indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de investimento multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo investimento em ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
Em circulação	1.678.339	3,0	1.678.324	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 17.108 (R\$ 17.600 em 31/12/2022) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 492, decorrentes de depreciação (R\$ 880 em 31/12/2022). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.09.2023	31.12.2022
Reservas de capital	2.253	2.253
Reservas de lucros	2.265.732	1.699.479
Legal	278.034	249.738
Estatutária	1.853.209	1.449.741
Especial para dividendos não distribuídos	134.489	-

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	30.09.2023	30.09.2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	899.423	826.989
Quantidade de ações (em unidades)	56.058.315	56.058.315
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	16,04441	14,75230

f) Outros resultados abrangentes

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.09.2023	31.12.2022
Outros resultados abrangentes	(444.988)	(515.270)
Reserva de reavaliação	17.108	17.600
Ajuste de avaliação patrimonial	(462.096)	(532.870)
Títulos disponíveis para venda	(115.071)	(134.289)
Ajustes de avaliação atuarial	(347.025)	(398.581)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Neste período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.09.2023		30.09.2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.183.959	1.183.959	1.367.498	1.367.498
Exclusões líquidas caráter permanente	(617.145)	(617.145)	(358.077)	(358.077)
Adições líquidas caráter temporário	425.092	425.092	263.909	263.909
Lucro tributável antes compensações	991.906	991.906	1.273.330	1.273.330
Lucro tributável antes compensações - até junho/2021	-	-	-	954.942
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	148.786	198.381	191.000	190.988
Lucro tributável antes compensações - a partir	-	-	-	318.389
Alíquota a partir de agosto/2022	-	-	-	21%
Valores devidos pela nova alíquota	-	-	-	66.862
Adicional de imposto de renda (10%)	99.173	-	127.315	-
Incentivos	(6.433)	-	(7.639)	-
Valores devidos	241.526	198.381	310.676	257.850
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(185)	(147)	(269)	(214)
Valores registrados em resultado antes ativação	241.341	198.234	310.407	257.636
Crédito tributário s/diferenças temporárias	(86.133)	(68.906)	(13.826)	(13.708)
Valores efetivamente registrados no resultado	155.208	129.328	296.581	243.928
% despesa efetiva em relação ao lucro antes	13,1	10,9	21,7	17,8

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2023:

	31.12.2022	Constituição	Realizado	30.09.2023
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	164.180	75.745	144.803	95.122
Provisão para risco de crédito – Banco	545.761	396.984	68.578	874.167
Provisão para risco de crédito – FNO	680.208	276.194	68.027	888.375
Auxílio pós-emprego	372.310	37.533	184.495	225.348
Planos saldados	511.698	30.788	104.619	437.867
Desvalorização marcação a mercado – venda	255.861	46.732	76.047	226.546
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	49.385	59.086	36.881
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 1.977/2020	820	4.600	5.346	74
Outras provisões	64.772	20.832	6.311	79.293
Base de cálculo	2.642.192	938.793	717.312	2.863.673
Imposto de renda diferido (25%)	660.548	234.698	179.328	715.918
Contribuição social				
Provisão trabalhista	164.180	75.745	144.803	95.122
Provisão para risco de crédito – Banco	545.761	396.984	68.578	874.167
Provisão para risco de crédito – FNO	680.208	276.194	68.027	888.375
Auxílio pós-emprego	372.310	37.533	184.495	225.348
Planos saldados	511.698	30.788	104.619	437.867
Desvalorização de marcação a mercado – venda	255.861	46.732	76.047	226.546
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	49.385	59.086	36.881
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 1.977/2020	820	4.600	5.346	74
Outras provisões	57.740	20.832	6.311	72.261
Base de cálculo	2.635.160	938.793	717.312	2.856.641
Contribuição social diferida (20%)	527.032	187.759	143.462	571.329
Total do crédito tributário	1.187.580	422.457	322.790	1.287.247

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de setembro de 2023, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos tributários	2023	2024	2025	2026	2027	De 2028 a 2032	Total
Crédito tributário de I.R	104.265	63.220	82.856	57.656	40.648	367.274	715.919
Crédito tributário de C. Social	83.412	50.576	66.285	46.125	32.518	292.412	571.328
Total – valores nominais	187.677	113.796	149.141	103.781	73.166	659.686	1.287.247
Índice acumulado a.a (%)	1,13	1,26	1,38	1,49	1,61	-	-
Valor presente destes ativos	165.646	90.458	108.309	69.605	45.444	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do trimestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$ 649.057 (R\$ 612.816 em 31/12/2022).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.09.2023	31.12.2022
Provisão FNO	396.833	420.926
Provisão auxílio pós emprego	842.162	720.723
Provisão ativos atuariais – CAPAF	159.079	176.987
Outras provisões	45.122	43.843
Total das provisões	1.443.196	1.362.479
Créditos tributários (CSLL) (*)	288.639	272.496
Créditos tributários (IRPJ) (**)	360.418	340.320
Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)	649.057	612.816

(*) CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.524 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e contribuições a compensar

Em 30 de setembro de 2023, os “Impostos e contribuições a compensar” alcançaram o montante de R\$ 11.478 (R\$ 95.092 em 31/12/2022) e estão registrados na conta “Ativos fiscais correntes e diferidos”.

g) Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.09.2023	31.12.2022
Fiscais e previdenciárias	323.943	501.208
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	287.754	432.656
Impostos e contribuições a recolher	6.189	68.552
Provisões para Impostos e contribuições diferidos (*)	18.097	16.688
Total	342.040	517.896
Circulante	38.124	517.896
Não circulante	303.916	-

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receitas de prestação de serviços

	3° trim/2023	3° trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Administração de fundos e programas	141.810	198.161	393.341	567.406
FNO (nota nº 20) ⁽¹⁾	137.371	193.927	380.544	555.370
Art 19 da Lei nº 8.167/91	97	254	409	557
Finam (nota nº 18)	4.218	3.787	11.995	10.942
Outras - FDA ⁽²⁾	124	193	393	537
Outros serviços	9.228	9.548	24.937	25.338
Sub-total	151.038	207.709	418.278	592.744
Rendas de tarifas bancárias	61.844	43.746	186.080	164.146
Pessoa física	39.253	26.446	123.039	108.484
Pessoa jurídica	22.591	17.300	63.041	55.662
Total	212.882	251.455	604.358	756.890

⁽¹⁾ No período de 01.01 a 30.09.2023 houve estorno de R\$ 34.890 referente à revisão de valores da taxa de administração do FNO (notas nºs 17.e e 20).

⁽²⁾ Estão registrados, substancialmente, os valores de *Del Credere*.

b) Despesas com pessoal

	3° trim/2023	3° trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Honorários	(967)	(681)	(3.325)	(2.239)
Benefícios	(23.119)	(23.792)	(68.311)	(62.602)
Encargos sociais	(47.973)	(40.214)	(132.085)	(129.664)
Proventos	(106.450)	(95.383)	(301.717)	(300.153)
Treinamento	(704)	(613)	(3.116)	(1.258)
Remuneração de estagiários	(847)	(860)	(2.225)	(2.606)
Total	(180.060)	(161.543)	(510.779)	(498.522)

c) Outras despesas administrativas

	3° trim/2023	3° trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Água, energia e gás	(3.348)	(3.108)	(9.428)	(9.915)
Aluguéis	(4.637)	(4.637)	(14.147)	(13.103)
Processamento de dados	(13.333)	(13.472)	(52.140)	(33.480)
Comunicações	(4.431)	(3.703)	(12.043)	(11.786)
Manutenção e conservação de bens	(3.397)	(3.269)	(10.772)	(10.148)
Material	(129)	(108)	(302)	(362)
Serviços de terceiros	(10.782)	(10.930)	(25.855)	(28.435)
Vigilância e segurança	(8.240)	(8.280)	(28.156)	(23.090)
Serviços do sistema financeiro	(5.308)	(5.129)	(15.808)	(15.089)
Promoções e relações públicas	(3.853)	(1.665)	(8.637)	(4.935)
Propaganda e publicidade	(1.007)	(1.935)	(4.745)	(4.548)
Publicações oficiais	(56)	(72)	(1.531)	(1.391)
Serviços técnicos especializados	(3.972)	(4.330)	(16.330)	(12.914)
Transporte	(3.711)	(4.040)	(11.452)	(12.146)
Viagens	(1.077)	(700)	(3.502)	(2.141)
Depreciação (nota nº 9)	(4.471)	(5.976)	(13.728)	(17.937)
Amortização (nota nº 9)	(6.639)	(7.073)	(19.793)	(21.528)
Demais despesas administrativas	(1.861)	(1.230)	(6.869)	(4.290)
Total	(80.252)	(79.657)	(255.238)	(227.238)

d) Despesas tributárias

	3° trim/2023	3° trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
ISS	(3.924)	(3.143)	(10.313)	(8.826)
Cofins	(31.573)	(33.592)	(95.751)	(92.394)
PIS/Pasep	(5.131)	(5.459)	(15.560)	(15.014)
Demais tributos	(581)	(543)	(10.613)	(5.963)
Total	(41.209)	(42.737)	(132.237)	(122.197)

e) Demais receitas e despesas operacionais e despesas de provisões

	3° trim/2023	3° trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Demais receitas operacionais				
Reversão de provisões	90.444	76.870	165.846	122.649
Reversão de provisões contingenciais (*)	84.655	35.087	159.811	80.746
Reversão de outras provisões operacionais	5.789	41.783	6.035	41.903
Rendas de <i>del credere</i> – FDA	1.023	1.049	3.040	3.130
Receita variação taxas – FMM	1.800	2.576	8.872	21.368
Receita variação taxa câmbio	793	904	4.574	10.958
Multas – operações crédito geral	816	661	2.510	1.819
Rendas s/depósito compulsório	2.711	3.305	8.597	9.397
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	667	2.729	3.872	7.563
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	1.309	1.267	1.755	1.519
Demais	45	872	1.168	1.624
Total	99.608	90.233	200.234	180.027

(*) Os valores apresentados em 2023 têm como principais contas: contingências judiciais trabalhistas, cíveis e sucumbências e passivo atuarial pós-emprego. A variação decorreu, substancialmente, da reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo trabalhista.

	3° trim/2023	3° trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Demais despesas operacionais				
Despesas de variação de taxa FMM	(1.691)	(2.215)	(5.695)	(17.078)
Despesa de variação taxa câmbio	(2.211)	(624)	(2.925)	(3.399)
Grade de eventos perdas operacionais	(13.030)	(182)	(13.999)	(2.154)
Despesas s/saldos credores do INSS	(253)	(299)	(708)	(1.125)
Dividendos a pagar juros s/capital	-	-	(12.861)	(7.094)
Despesas desconto concedido renegociação	(4)	(221)	(3.402)	(475)
Pagamento de causas ⁽¹⁾	(9.156)	(5.656)	(21.773)	(17.795)
Multa de órgãos oficiais	(8)	-	(332)	-
Pagto benefícios/pensões – INSS	(379)	(376)	(1.144)	(1.138)
Sucumbências/honorários periciais - determinação judicial	(140)	(1)	(163)	(54)
Estorno de encargos carteira de fomento	(1.815)	(8.152)	(1.839)	(8.233)
Depósitos recursais zerados - CEF	(93)	(721)	(2.439)	(3.304)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(153)	(66)	(425)	(161)
Atualização AFAC (dotação aumento capital) ⁽²⁾	-	(1.087)	-	(48.703)
Despesas estorno encargos carteira sustentação	(2.384)	-	(4.033)	-
Devolução taxa administração FNO ⁽³⁾	-	-	(244.826)	-
Atualização complemento remuneração do disponível FNO	-	-	(54)	-
Demais despesas operacionais	(100)	(2.852)	(325)	(4.933)
Total	(31.417)	(22.452)	(316.943)	(115.646)

⁽¹⁾ Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte: de atualização monetária, da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista.

⁽²⁾ Trata-se de atualização monetária do saldo residual do AFAC, calculada pela taxa Selic, até 18 de novembro de 2022, quando foi efetivado como aumento de capital, conforme aprovação pelo Bacen.

⁽³⁾ Referente à revisão de valores da taxa de administração do FNO (notas nºs 17.a e 20).

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Despesas de provisões				
Garantia financeira prestada	(66.141)	(37.795)	(253.552)	(141.780)
Passivo atuarial	(42.186)	(41.088)	(125.392)	(165.048)
Atualização benefícios pós-emprego PBD e PMB	(30.407)	(30.962)	(94.262)	(135.365)
Pós-emprego assistidos/auxílio-saúde	(11.779)	(10.126)	(31.130)	(29.683)
Demandas judiciais	(30.194)	(29.941)	(129.236)	(173.049)
Passivos trabalhistas	(20.560)	(17.543)	(75.606)	(129.474)
Passivos cíveis/sucumbências	(4.982)	(11.917)	(47.800)	(38.989)
Passivos cíveis - fundos investimento	(2.955)	(67)	(4.106)	(2.015)
Outras contingências - fiscais	(1.586)	(327)	(1.586)	(1.071)
Provisão ativos atuariais – CAPAF	(111)	(87)	(138)	(1.500)
Planos saldados (nota nº 25.b)	(4.866)	(2.961)	(30.787)	(46.301)
Total	(143.387)	(111.785)	(538.967)	(526.178)

f) Resultado não operacional

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	83	1.778	7.325	2.033
Lucros em transações com valores e bens	47	698	47	699
Outras receitas não operacionais	36	1.080	7.278	1.334
Ganhos de capital	11	183	7.045	198
Rendas de aluguel	1	1	3	3
Outras rendas não operacionais	24	896	230	1.133
Despesas não operacionais	(78)	(844)	(84)	(850)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(5)	(324)	(5)	(329)
Outras despesas não operacionais	(73)	(520)	(79)	(521)
Diversas	(73)	(520)	(79)	(521)
Total	5	934	7.241	1.183

A elevação do resultado não operacional, no período de 01.01 a 30.09.2023, ocorreu pelos ganhos de capital da venda das ações da B³ (antiga Cetip) e por registro das cotas dos Fundos Finam e Finor.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Receita de prestação de serviço (nota nº 17.a) (¹)	4.218	3.787	11.995	10.942

(¹) A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo.

	30.09.2023	31.12.2022
Entrada de recursos (*)	28.450	9.128

(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na Nota Explicativa nº 14, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos regionais, o Banco, como operador do FINAM, iniciou os

procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B³ S/A-Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível, provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do fundo.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.09.2023	31.12.2022
<i>Del credere</i> (¹)	27.656	25.487
Risco da provisão (²) (nota nº 14)	24.673	24.497
Repasse do tesouro (³) (nota nº 13.b)	67.870	63.591

(¹) Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

(²) Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

(³) Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 30 de setembro de 2023 e em 30 de setembro de 2022, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Despesa de provisão risco de operações - FDA	-	-	(1.182)	(5.846)
Reversão de provisão risco de operações - FDA	35	7.856	230	7.856

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Taxa de administração (nota nº 17.a)	137.371	193.927	380.544	555.370
FNO	114.467	169.770	312.147	485.570
FNO – PRONAF	22.904	24.157	68.397	69.800
<i>Del credere</i> (¹)	396.742	354.924	1.155.624	956.317
Recuperação de operações (²)	8.265	53.263	155.017	107.039
Remuneração do disponível (nota nº 23)	(114.470)	(50.157)	(245.776)	(206.109)
Despesa de provisão (risco compartilhado)	(66.138)	(37.795)	(252.100)	(135.860)

(¹) A partir de Janeiro de 2021 foram inclusos, neste montante, os valores relativos ao *Del credere* - risco 100.

(²) Do montante apresentado no período de 01.01 a 30.09.2023, R\$ 79.345 (R\$ 67.400 em 2022), referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI Nº 11/2005 e o restante refere-se à recuperação de operações indenizadas (R\$ 75.672 em 2023 e R\$ 39.639 em 2022).

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

Em janeiro de 2023, essa taxa de administração foi alterada da seguinte forma: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiro das

operações contratadas.

A Lei nº 14.227/2021, estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferiu remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Após consulta ao Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional acerca da ratificação da metodologia de apuração da taxa de administração, considerando-se as alterações inseridas pela Lei nº 13.682/2018 e a incidência dos valores repassados ao Banco a título de risco integral Banco na forma do artigo 9º-A da lei 7.827/89, o Banco recebeu orientações daquele órgão para a partir de março de 2023, aplicar na metodologia utilizada para cálculo da taxa de administração o saldo médio diário dos valores repassados ao banco administrador.

O MIDR ratificou o entendimento junto a CGU sobre a metodologia de apuração da taxa de administração e concluiu pela necessidade de revisão dos valores pagos a maior e o reembolso ao fundo pelo Banco da Amazônia, totalizando R\$ 279.716 a título de taxa de administração e R\$ 657 de complemento de remuneração do disponível do FNO.

O Patrimônio Líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	30.09.2023	31.12.2022
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	46.021.151	42.126.928
Disponível do FNO ⁽²⁾	2.963.793	805.896
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14)	1.659.528	1.542.073
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾ (nota nº 8)	323.768	321.007
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8)	32	(3.555)

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo "Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

⁽³⁾ É registrada na conta "Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999.

⁽⁴⁾ Estão registrados em "Devedores por repasse de outros recursos" e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

No 3º trimestre de 2023, o Banco procedeu à baixa de R\$ 46.882 (R\$ 47.592 no 3º trimestre de 2022) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste 3º trimestre de 2023, foi devolvido ao fundo, o montante de R\$ 47.995 (R\$ 52.034 no 3º trimestre de 2022).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.09.2023	31.12.2022
Recursos a alocar	2.415.919	207.572
Recursos alocados	18.081.312	15.288.664
Taxa de administração (*)	38.378	59.416
Outros	18.453	32.231
Total (nota nº 13.b)	20.554.063	15.587.883

(*) A redução do valor da taxa de administração decorre da nova metodologia adotada a partir do mês de março/2023.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	5.135.400	-	5.319.626	-
A	0,5	9.086.013	(22.715)	10.152.225	(25.381)
B	1	3.339.510	(16.697)	3.562.877	(17.814)
C	3	2.044.047	(30.661)	2.109.151	(31.637)
D	10	1.630.346	(81.517)	1.815.056	(90.753)
E	30	385.609	(57.841)	434.776	(65.216)
F	50	162.367	(40.592)	186.273	(46.568)
G	70	286.073	(100.116)	139.336	(48.768)
H	100	2.618.868	(1.309.389)	2.431.991	(1.215.936)
Total		24.688.233	(1.659.528)	26.151.311	(1.542.073)

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.09.2023	31.12.2022
Recursos Repassados (1) (nota nº 13.b)	65.772	78.296

(1) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1%.

22. Fundos de investimentos financeiros

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.09.2023	31.12.2022
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	49	55
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	25	29
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	19	22
Total	94	107

Nesse período, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos (não ocorreu em 31/12/2022).

23. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Honorários (nota nº 17.b)	(967)	(681)	(3.325)	(2.239)
Diretoria Executiva	(672)	(445)	(2.252)	(1.473)
Conselho de Administração	(71)	(72)	(180)	(231)
Conselho Fiscal	(47)	(43)	(137)	(112)
Comitê de Auditoria	(177)	(121)	(533)	(423)
Outros - Ajuda de Custo	-	-	(223)	-
Remuneração Variável Anual	-	-	(1.204)	(1.026)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(55)	(22)	(126)	(69)
Total	(1.022)	(703)	(4.655)	(3.334)

⁽¹⁾ Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas Notas Explicativas nºs: 12 (Obrigações por repasses), 13 (Outros passivos), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (Capaf) estão descritas na Nota Explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20 e 21.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

Passivos	30.09.2023	31.12.2022
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	540.046	600.079
Tesouro Nacional	24.995	25.494
BNDES	492.701	540.216
Finame	22.350	34.284
Finep	-	85
Outros Passivos	20.683.426	15.738.115
FNO (notas nºs 13.b e 20)	20.554.063	15.587.883
FMM (notas nºs 13.b e 21)	65.772	78.296
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	63.591	71.936
Total	21.223.472	16.338.194

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	141.810	198.161	393.341	567.406
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	396.742	354.924	1.155.624	956.317
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(114.470)	(50.157)	(245.776)	(206.109)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(66.139)	(37.795)	(252.101)	(135.860)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(4.399)	(3.777)	(12.199)	(10.966)
Liquidados - BD e Misto	(636)	(646)	(1.919)	(2.081)
Prev-amazônia - Capaf	(3.763)	(3.131)	(10.280)	(8.885)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(47.052)	(44.049)	(156.179)	(211.349)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD/PMB (nota nº 17.e)	(30.407)	(30.962)	(94.262)	(135.365)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(4.866)	(2.961)	(30.787)	(46.301)
Despesas Pós-Emprego Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(11.779)	(10.126)	(31.130)	(29.683)

24. Remuneração paga aos empregados e administradores

a) Remuneração mensal dos empregados (em reais) e outras informações

Remuneração (*)	30.09.2023	31.12.2022
Maior	34.761,14	33.238,80
Menor	3.317,51	3.172,16
Média	10.358,38	9.364,33
Valor médio dos benefícios	3.092,57	2.993,99

*inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações

	30.09.2023	31.12.2022
Quantidade de empregados	2.934	2.867
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	-	74.695

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e outras informações

Remuneração Diretoria Executiva

	30.09.2023	31.12.2022
Maior	40.389,56	37.054,64
Menor	35.533,91	32.599,92
Média	34.438,06	33.312,00

Outras informações

	30.09.2023	31.12.2022
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	-	905

Remuneração média dos Conselhos

	30.09.2023	31.12.2022
Conselho de Administração	3.767,56	3.574,42
Conselho Fiscal	3.828,80	3.612,05

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 777 de 5 de setembro de 2023, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11 de setembro de 2023, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 220 de 7 de março de 2023.

A Capaf efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro de 2020, paga pela BB Previdência. Permanecem na Capaf os Planos BD e Misto Liquidados.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Previc a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos, que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Resolução CVM nº 110/2022, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Premissas Financeiras (a.a %)	30.09.2023				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,3	9,3	9,3	9,3	9,6
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,6	5,6	5,6	5,6	5,8
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,3	9,3	9,3	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2

Premissas Financeiras (a.a %)	31.12.2022				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,6	9,6	9,6	9,7	9,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,9	5,9	5,9	6,0	5,9
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,6	9,6	9,6	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2

Premissas Demográficas

Taxa de rotatividade
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados
Tábua mortalidade/sobreviv.-inválidos
Tábua de entrada em invalidez
Tábua de morbidez

* suavizada em 20% em 2023.

** suavizada em 30% em 2023.

30.09.2023				
BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
-	-	-	N/A	0,6
AT-2000 Fem *				
AT-2000 Fem *				
Winklevoss				
A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
N/A				

Premissas Demográficas

Taxa de rotatividade
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados
Tábua mortalidade/sobreviv.-inválidos
Tábua de entrada em invalidez
Tábua de morbidez

* suavizada em 20% em 2023.

** suavizada em 30% em 2023.

31.12.2022				
BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
-	-	-	N/A	0,6
AT-2000 Fem *				
AT-2000 Fem *				
Winklevoss				
A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
N/A				

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD		Plano Misto	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(16.345)	(15.728)	(779)	(739)
Provisão planos de benefícios e outros ben. pós-emprego	(16.345)	(15.728)	(780)	(740)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(247)	(241)	-	-
Ganhos e perdas sobre o ativo	13.099	12.404	1.173	(272)
Ganhos e perdas sobre o passivo	29.555	7.590	43	24
Total componentes registrados outros resultados abrangentes	42.407	19.753	1.216	(248)
Total dos componentes de benefício definido	26.062	4.025	436	(988)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(1.197)	(1.220)
Custo de juros líquidos	(1.470)	(1.551)	(7.738)	(6.975)
Provisão planos benefícios e outros ben. pós-emprego	(1.470)	(1.551)	(8.934)	(8.195)
Remensurações do plano de benefício				
Ganhos e perdas sobre o passivo	4.519	2.098	25.478	(33.368)
Total componentes registrados outros resultados abrangentes	4.519	2.098	25.478	(33.368)
Total dos componentes de benefício definido	3.049	547	16.544	(41.563)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD		Plano Misto	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(680.854)	(638.693)	(37.685)	(31.793)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	495	484	7	7
Provisão para planos de benefício definido	(16.345)	(15.728)	(780)	(740)
Provisão adicional reserva matemática	(51.310)	(74.697)	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	42.407	19.753	1.216	(248)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(705.607)	(708.881)	(37.242)	(32.774)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(57.919)	(58.445)	(340.478)	(289.636)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	1.058	1.564	1.775	2.629
Provisão para planos de benefício definido	(1.469)	(1.551)	(8.934)	(8.195)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	4.519	2.098	25.478	(33.368)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(53.811)	(56.334)	(322.159)	(328.570)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD		Plano Misto	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(806.861)	(754.525)	(83.396)	(76.166)
Benefícios pagos pelo plano	14.472	13.643	3.050	2.054
Custo de juros	(19.163)	(18.504)	(1.802)	(1.732)
Custo de serviço corrente	-	-	(2)	(2)
Remensurações de perdas atuariais	34.046	10.478	86	48
Decorrentes de ajuste na experiência	10.488	6.808	(2.450)	(316)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	23.558	3.670	2.536	364
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(777.506)	(748.908)	(82.064)	(75.798)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(57.919)	(58.445)	(340.478)	(289.636)
Benefícios pagos pelo plano	1.058	1.564	1.775	2.629
Custo de juros	(1.469)	(1.551)	(7.738)	(6.975)
Custo de serviço corrente	-	-	(1.196)	(1.220)
Remensurações de perdas atuariais	4.519	2.098	25.478	(33.368)
Decorrentes de ajuste na experiência	3.831	1.585	8.436	(30.148)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	689	513	17.042	(3.220)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(53.811)	(56.334)	(322.159)	(328.570)

a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(543.480)	(519.436)	(537.555)	(524.734)	(531.087)
Superávit/(déficit) do plano	(543.480)	(542.459)	(537.555)	(524.734)	(531.087)
Variação na obrigação atuarial	2,33%	(2,19%)	1,22%	(1,20%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,33%	(2,19%)	1,22%	(1,20%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(252.123)	(241.083)	(253.120)	(240.015)	(246.419)
Superávit/(déficit) do plano	(252.123)	(241.083)	(253.120)	(240.015)	(246.419)
Variação na obrigação atuarial	2,31%	(2,17%)	2,72%	(2,60%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,31%	(2,17%)	2,72%	(2,60%)	

	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(83.897)	(80.343)	(83.425)	(80.744)	(82.064)
Valor justo dos ativos do plano	7.580	7.580	7.580	7.580	7.580
Superávit/(déficit) do plano	(76.317)	(72.763)	(75.845)	(73.164)	(74.484)
Variação na obrigação atuarial	2,23%	(2,10%)	1,66%	(1,61%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,46%	(2,31%)	1,83%	(1,77%)	

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(55.798)	(51.970)	(54.390)	(53.244)	(53.811)
Superávit/(déficit) do plano	(55.798)	(51.970)	(54.390)	(53.244)	(53.811)
Variação na obrigação atuarial	3,69%	(3,42%)	1,08%	(1,05%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,69%	(3,42%)	1,08%	(1,05%)	

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(327.735)	(316.917)	(333.318)	(311.239)	(322.159)
Superávit/(déficit) do plano	(327.735)	(316.917)	(333.318)	(311.239)	(322.159)
Variação na obrigação atuarial	1,73%	(1,63%)	3,46%	(3,39%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,73%	(1,63%)	3,46%	(3,39%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio Saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.209)
Custo de juros líquidos	(65.380)	(3.117)	(5.878)	(30.951)
Total da despesa a reconhecer	(65.380)	(3.121)	(5.878)	(36.160)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.136	32	7.012	10.199
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.136	32	7.012	10.199

a.7) Categorias dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes incluídos no valor justo dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

	Plano BD		Plano Misto	
	3º trim/2023	3º trim/2022	3º trim/2023	3º trim/2022
Valor justo dos ativos no início do período	-	-	8.026	12.580
Receita de juros	-	-	244	254
Contribuições do patrocinador	496	483	7	7
Contribuições dos participantes	-	-	7	7
Benefícios pagos pelo plano	(14.472)	(13.643)	(3.050)	(2.054)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano	13.976	13.160	2.346	(544)
Valor justo dos ativos no final do período	-	-	7.580	10.249

a.9) Descrição da política de investimentos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2023
Plano BD	749.839	74.037	(73.884)	(44.385)	705.607
Plano Misto	32.449	2.318	2.475	-	37.242
Total BD e Misto	782.288	76.355	(71.409)	(44.385)	742.849

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2022
Plano BD	744.910	133.169	(126.032)	(43.166)	708.881
Plano Misto	33.575	2.196	(2.997)	-	32.774
Total BD e Misto	778.485	135.365	(129.029)	(43.166)	741.655

b) Planos saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado), e caso necessário poderá exigir ajuste por parte do Banco. No exercício de 2022, quando da revisão atuarial não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2023
Planos Saldados	511.699	30.787	-	(104.619)	437.867

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2022
Planos Saldados	585.859	46.301	-	(96.320)	535.840

c) Plano PrevAmazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos “Planos Saldados”.

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

Planos	3º trim/2023	3º trim/2022	01.01 a 30.09.2023	01.01 a 30.09.2022
Liquidados - BD e Misto	(636)	(646)	(1.919)	(2.081)
Prev-amazônia	(3.763)	(3.131)	(10.279)	(8.885)
Total (nota nº 23.b)	(4.399)	(3.777)	(12.198)	(10.966)

Valores reconhecidos como obrigações:

	30.09.2023	31.12.2022
Saldados	437.867	511.699
Liquidados	742.849	782.288
Assistidos	53.811	60.291
Auxílio Saúde	322.159	319.671

Ações coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA), com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios seguidos de retirada de pauta de julgamento, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT da 16ª Região, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA, para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara, no entanto, até a superveniência do recesso forense, o Acórdão não havia sido publicado. Aguardamos a publicação da íntegra do Acórdão para análise e adoção de eventuais providências, ressaltando que a decisão ainda é passível de recurso ao TST, razão pela qual, por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Recurso interposto para o TST.

A distribuição da provisão do Plano BD está apresentada da seguinte forma:

Provisão plano BD liquidado	30.09.2023	31.12.2022
Participantes abrangidos pela ação rescisória	601.999	633.639
50% das reservas matemáticas dos participantes ainda na ativa	52.298	46.983
Adicional de provisão de reservas matemáticas	51.310	69.217
Total (notas nº 14 e nº 25)	705.607	749.839

A composição da provisão referente à ação rescisória é a seguinte:

Composição provisão ação rescisória	30.09.2023	31.12.2022
100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis (¹)	531.087	563.278
50% dos que ainda não elegíveis (²)	70.911	70.361
Total	601.998	633.639

(¹) Aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

(²) Aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

A provisão dos planos liquidados BD/Misto está constituída da seguinte forma:

Provisão planos liquidados BD e Misto	30.09.2023	31.12.2022
BD liquidado	705.607	749.839
Misto liquidado	37.242	32.449
Total (notas nº 14 e nº 25.a.3)	742.849	782.288

	30.09.2023	31.12.2022
Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado	44.385	66.047

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de setembro de 2023, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela Capaf (BD e Misto).

26. Gerenciamento de riscos e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, Chief Risk Officer – CRO, dispondo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico da Instituição, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos para a que a Instituição está exposta:

Risco de crédito; Risco de mercado; IRRBB; Risco operacional; Risco de liquidez; Risco cibernético; Risco de integridade; Risco legal; RSAC.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);

- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;

- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade;

- A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:

A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis,

regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM, em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 14.894.025 mil, representando 84,61% do portfólio total de R\$ 17.604.147 mil (R\$ 9.816.953 mil, representando 77,86% do portfólio total de R\$ 12.608.030 mil em 31/12/2022). A maioria dos recursos, 73,21% (62,25% em 31/12/2022), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento do risco de liquidez, do monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, do controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e de simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, o Banco vem aprimorando constantemente seus controles, inclusive aperfeiçoando a solução de gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Além do exposto, estamos em processo de implementação do Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (*Low Default Portfolio* – LDP), direcionado para clientes que possuam nota de crédito atribuída por agências de classificação de risco externa, além de delimitador definido metodologicamente. Essa nova ferramenta permitirá aperfeiçoar a avaliação de risco de clientes desta natureza, que apresentam historicamente baixa incidência de inadimplência.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basiléia II, Resolução CMN nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao risco de mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo *de value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de setembro de 2023, o VaR calculado para a carteira Banco¹ e para a carteira Tesouraria² foi de R\$ 5.026 mil e R\$ 4.757 mil respectivamente (R\$ 8.636 mil e R\$ 4.419 mil em 31/12/2022), estando dentro dos limites de referência de 16,65% e 13,66% respectivamente (19,55% e 13,85% em 31/12/2022). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 5,0076 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 5,2177 em 31/12/2022) e a taxa DI de 1 ano no nível de 12,65% a.a. (13,65% a.a. em 31/12/2022).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,2595 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 6,5221 em 31/12/2022), e a taxa DI de 1 ano no nível de 15,81% a.a. (17,06% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 7,5114 em 30 de setembro 2023 (R\$ 7,8266 em 31/12/2022) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 18,98% a.a. (20,48% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução Bacen nº 02/2020:

Fatores de Risco	Definição	30.09.2023			31.12.2022		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(456)	(13.845)	(24.452)	1.196	(38.616)	(66.168)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	(11.369)	(254.521)	(331.690)	11.443	(219.822)	(285.283)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(496)	19.852	37.807	(11)	(1.171)	(723)
Total		(12.321)	(248.514)	(318.335)	12.628	(259.609)	(352.174)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários I, II e III, demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior

¹Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

²Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$ 318.335 mil correspondentes ao cenário III.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, no quadro acima, com o montante de R\$ 15.871.600 mil, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 3,65% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, como: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais); crédito (fomento e comercial); e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, no qual as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil, através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (Δ NII) e de Valor Econômico (Δ EVE).

Desde a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco utiliza a abordagem de Valor Econômico e do Resultado de Intermediação Financeira na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020, em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019. A partir de junho de 2022, o Banco da Amazônia adota a metodologia padronizada, que leva em consideração a ponderação de 20% Δ EVE e 80% Δ NII, contemplando, cenários de curto/médio para o NII e de longo prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, com base em dados de setembro de 2023, representou o montante de R\$ 156.228 mil.

e) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310), que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, perdas processos e sistemas da instituição, em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e a Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e as regras para a gestão de continuidade de negócios na instituição, com o objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados em caso de incidentes que possam gerar descontinuidade aos negócios.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto às mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e de soluções eficazes.

O Banco fixou novos mecanismos de segurança e comunicação, risco operacional e controle, o que possibilitou que os empregados pudessem trabalhar em formatos híbridos, home-office e presencial, o que aumentou a possibilidade de participações em treinamentos com custos menores e maior participação dos empregados, e assim melhorando o nível de conhecimento de seu staff em diversos temas relevantes a riscos e controles.

f) Gestão de capital

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o

apetite definido na RAS.

g) Índice de Basileia (limite operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o primeiro semestre de 2023* com PR de R\$ 5.357 milhões, 17% superior ao exercício anterior (R\$ 4.584 milhões em 31/12/2022).

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 7,01% em relação ao exercício anterior, saindo de R\$ 37.294 milhões em 31/12/2022 para R\$ 39.909 milhões em 30/06/2023.

Em 30 de junho de 2023*, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 13,4%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

(*) Os valores da data base de 30.09.2023 estão em elaboração conforme prorrogação de datas-limites da IN BCB nº 407/2023.

Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2023 (*)	31.12.2022
Patrimônio de Referência (PR)	5.357.428	4.584.692
PR Nível I	5.357.428	4.584.692
Capital Principal	5.357.428	4.584.692
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	39.908.631	37.293.603
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	34.520.131	32.475.118
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	2.522	38.335
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	5.385.978	4.780.150
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.795.888	1.678.212
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.394.518	2.237.616
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	3.192.690	2.983.488
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	3.561.540	2.906.480
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	2.962.910	2.347.076
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,4%	12,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,4%	12,3%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,4%	12,3%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

(*) Os valores da data base de 30.09.2023 estão em elaboração conforme prorrogação de datas-limites da IN BCB nº 407/2023.

27. Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.09.2023	31.12.2022
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	12.404.869	13.137.673
Coobrigação em cessão de créditos – alongam. crédito rural	16.203	9.212
Total	12.421.072	13.146.885

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 153.753 (R\$ 151.046 em 31/12/2022), com prêmio de R\$ 195 (R\$ 128 em 31/12/2022), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos abaixo os eventos que geraram, no 3º trimestre de 2023, os resultados recorrentes e não recorrentes:

O resultado contábil do 3º trimestre de 2023 foi de R\$ 333.498, com resultado recorrente de R\$ 267.498 e evento não recorrente de R\$ 66.000 relacionado a reversão de provisão trabalhista motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo.

O resultado contábil do 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 387.828. Como resultado recorrente, o Banco alcançou R\$ 388.915 e como não recorrente foi de R\$ 1.087, referente atualização do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

d) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021

Em atendimento à resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de julho/2022 o Banco implementou estrutura de governança através da constituição de Projeto Corporativo, gerido por um Comitê composto pelas áreas de crédito, contábil, risco, produtos, controladoria e TI.

O atendimento integral dos requisitos legais da regulamentação alcançará a adequação aos padrões contábeis internacionais.

Foi elaborado Plano de Ação que contempla os seguintes pilares visando o atendimento à Resolução:

- **Classificação:** revisão dos instrumentos de crédito do Banco para avaliação de cláusulas contratuais relevantes visando mapeamento de ativo problemático. Identificação e correção de cláusulas contratuais que desvirtuem os fluxos de caixa futuros de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em datas futuras (Custo Amortizado). Avaliação de instrumentos enquadrados em contratos híbridos que funcionem como passivos conforme novo modelo de negócios. Foram concluídas as análises para definição dos modelos de negócios, bem como os critérios para o teste de SPPJ além da estruturação do piloto de teste de SPPJ e de análises para definição de modelos de negócio e de designação a VJR e VJORA para instrumentos patrimoniais. Realizado o mapeamento do processo de Hierarquia de Valor Justo e a elaboração do checklist do teste SPPJ, juntamente com a aplicação do checklist para carteira de Tesouraria e Crédito.
- **Mensuração:** aplicação de metodologia para SPPI Teste na base de dados para instrumentos financeiros e sua classificação em: CA, VJPL e VJR; dos passivos financeiros em: CA e VJR e reenquadramento dos instrumentos financeiros no novo modelo de negócios conforme mapeamento;
- **Baixa:** documentação e aprovação das regras para baixa de operações e documentação das regras para não transferência/retenção de riscos e benefícios;
- **Off Balance:** definição das regras dos modelos contábeis, apuração, produtos e formatação de documento com descrição da nova forma, proposição de alteração dos normativos internos e impactos quando couber;
- **Provisão para Perdas Esperadas:** definições de conceitos, diretrizes e alçadas; definição, extração, envio, análise de dados e envio de layouts de extração para PD, LGD, Cura e demais necessários; desenvolvimento e implantação dos modelos no novo sistema de PCLD;
- **Hedge Accounting:** ocorrerá quando a Tesouraria observar a oportunidade de operação de trava de taxas, objetivando resultado positivo na carteira e modelagem contábil a ser definida;
- **Evidenciação:** seguirão as regras a serem publicadas;
- **Plano de TI:** o sistema passará pela formatação de escopo, levantamento de regras de negócios, requisitos, desenvolvimento, teste, homologação e implantação;
- **Implementação da Resolução BCB nº 229/2022 – RWAcad:** avaliação comparativa dos impactos no Cadoc 2061; formalização de mudanças em sistemas; entrada em produção e validação das novas regras no Cadoc 2061;
- **Taxa efetiva de juros:** elaborado o mapeamento dos custos e receitas de originação e realizada a definição da metodologia da TJEO para operações de crédito;
- **Stop Accrual:** realizado o mapeamento e o entendimento da regra e do processo atual para identificação de ativos problemáticos e definição de possível regra para identificação de ativos problemáticos aderente à Res. 4.966;
- **Renegociação e reestruturação:** elaborado o entendimento da regra e processo atual para identificação de reestruturações e definição de possível regra para identificação de reestruturações, aderente à Res. 4.966;

- **Perdas Esperadas:** promovida a análise da qualidade de dados e desenvolvimento de livro de variáveis;
- **Disposições gerais e transitórias:** o Bacen encaminhou em 08/08/23, via Associações de Bancos, o draft da proposta de elenco de contas relativo à primeira fase do projeto de reformulação do Cosifs, que entrará em vigor em 01/01/2025. Sobre o elenco de contas proposto destaca-se:
I – ara alguns subgrupos de contas foram criadas rubricas de 6º nível, principalmente para registro da Taxa Efetiva de Juros (TJEO), do ajuste a valor justo e da provisão. Com isso, para manter a uniformidade, as demais contas receberam dígitos zero até o 6º nível.
II – Foram excluídas algumas contas pré-existentes e criadas rubricas contábeis;
- **Squads de Trabalho:** encontram-se ativas as Squads de Crédito, Tesouraria, câmbio, Risco e modelagem e será iniciada a Squad de contabilidade, buscando robustez e maior aderência ao atendimento da Resolução 4.966/2021 em relação aos trabalhos das equipes constituídas, em conjunto com a consultoria BIP, visando celeridade nas implementações e ajustes de modelos, políticas, processos, bem como, na implementação das novas cosifs e soluções em TI. Os trabalhos relacionados ao grupo de Trabalho de design técnico, visando as adequações de sistemas legados e implementações de soluções em TI, também já foram iniciados, com equipe técnica específica e constituída para esta finalidade.

A Resolução BCB nº 309, de 28/03/2023, trouxe regras complementares à Resolução CMN nº 4.966/2021 e o Banco vem avaliando a aplicação das normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção contando com o auxílio de BIP Consultoria, empresa vencedora do processo licitatório no início de março/2023.

f) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o BASA conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (“CGU”), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O BASA compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3